

O terror nas colónias como prelúdio do fascismo

João-Manuel Neves*

pp. 149-166

A nossa análise incide sobre um corpus constituído pelas narrativas estéticas coloniais do período situado entre 1890 e 1940 relacionadas sobretudo com Moçambique. No interior do discurso africanista, reproduzido e ao mesmo tempo construído pela literatura colonial, a generalização do terror nunca aparece como objetivo da dominação política total. O terror confunde-se antes de mais com a enunciação da utopia da supremacia racial absoluta, expressa na representação narrativa da interiorização pelas ditas “raças inferiores” da supra-humanidade dos colonizadores.

A elaboração das representações da supremacia racial

O sargento Manuel Simões Alberto, na sua narrativa de guerra *Condenados*, publicada em 1933 mas situada em 1917-1918, refere-se a Neutel de Abreu, o conquistador sanguinário dos territórios situados a norte do rio Ligonha, nos seguintes termos: “Os negros tinham pelo chefe um culto de semi-Deus, e a seu respeito corriam entre os nativos da Macuana as mais estranhas lendas que podem contribuir para que o seu prestígio fosse grande, e o seu valor fosse enorme” (Alberto, 1933: 81)¹. Examinemos a projeção da supra-humanidade de Neutel de Abreu enquanto signifiante da dominação total em paralelo a procedimentos similares utilizados por Eduardo de Noronha na sua narrativa historiográfica de 1906 sobre Mouzinho de Albuquerque, reeditada em 1934:

Entretanto, quando a comissura dos lábios se enrugava num sorriso raro, o semblante de austeridade de uma estátua grega, aureolava-se duma inefável expressão de cariciosa doçura, das pupilas irradiava a alegria infantil das almas singelas, despendiam torrentes da poesia que lhe povoavam o cérebro sonhador e ávido de glória, dir-se-ia os olhos inocentes e ingénuos duma criança emoldurados no busto severo e dominador dum semi-deus mitológico.

Êste oficial era Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque. (Noronha, 1934/1906: 50)

Foi nesse instante [em Mapulanguene, durante a segunda campanha do Gaza em 1897], que Mousinho, o estado maior e a cavalaria, que se encontravam dentro do quadrado, a cavalo, saíram para acabar a derrota e realizar a perseguição. Mousinho ia na frente, de cavalo marinho em punho. Sentia desprezo em desembainhar a espada para tal gente. Carregaram com ímpeto sobre os fugitivos, matando-lhes bastantes.

O capitão Gomes da Costa saiu com os cipais para apoiar a cavalaria, o que não foi preciso porque os cafres só pensavam em se sumir. Houve estocadas feras e bravas. Basta dizer que todos mostravam as pontas das lanças ou as fôlhas vermelhas e que

* Centre de Recherches sur les Pays de Langue Portugaise – Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3

¹ Nas citações respeitámos a ortografia de cada obra que é muito variável.

não havia um único rosto que não se mostrasse radiante; o capitão Aires de Ornelas vinha encantado com a sua lâmina rubra até aos copos. (Noronha, 1934/1906: 212)

A imagem icónica de Mouzinho enquanto “semideus mitológico”, construída por Eduardo de Noronha desde 1906, quatro anos após o suicídio do antigo Comissário Régio, participa diretamente das representações de supra-humanidade da “raça” dominante, em particular no caso da elite dos conquistadores. A mistificação toma todo o sentido na descrição pelo mesmo autor das relações do chefe militar e dos seus oficiais com as populações africanas, cristalizada no assassinato em massa. A supra-humanidade de Mouzinho aparece expressa pelo autor através da representação do profundo desprezo do governador colonial dotado de plenos poderes por essas criaturas que constituem no texto a infra-humanidade dos guerreiros *ngunis*. São investidos a chicote de cavalo-marinho pelo herói que não os considera sequer dignos de serem passados à espada: “Sentia desprezo em desembainhar a espada para tal gente.” A representação da supra-humanidade como fundamento da dominação racial total, alcançada através do assassinato em massa, permite ao autor ultrapassar a abjeção em que se reconhece a si-mesmo. O escritor colonial participa desta *mise en scène* abjeta do horror e da sua banalização enquanto virtude da “raça” dominante. O seu relato radiante do massacre, onde os oficiais portugueses encontram a felicidade com as espadas e as lanças cobertas de sangue, constitui na realidade uma premonição apocalíptica da nova segmentaridade totalitária² que vai caracterizar o quotidiano colonial. É possível estabelecer a este nível um paralelo com a análise de Júlia Kristeva que vê na visão do escritor Louis-Ferdinand Céline “uma visão apocalíptica” com: *accents mystiques dans sa fixation du Mal comme vérité du Sens impossible (du Bien, du Droit)* (Kristeva, 1983 [1980]: 180). A supra-humanidade enquanto expressão última da superioridade da raça pode assim dar um sentido ao horror, permitindo ao próprio ego a reconstrução da personalidade dissociada pela experiência da abjeção. A representação do homem europeu sob uma dimensão divina apenas adquire a sua significação plena se entendida enquanto realização da utopia da supremacia racial absoluta, através do reconhecimento da supra-humanidade do “chefe branco” e em simultâneo a aceitação da sua própria inferioridade por essa “tal gente”, como escreve E. Noronha. O objetivo último da nova segmentaridade, assente em formas de dominação política, económica e sexual totais, consistiria nesta interiorização da subalternidade pelos colonizados, implicando a destruição da sua personalidade. Esta projeção de uma realização da utopia racial é enunciada ao mesmo tempo que o autor colonial revela a sua própria abjeção, exprimindo o seu fascínio pelos assassinos de massa e pelas carnificinas.

O ultrapassar da abjeção produz-se também através de um reinvestimento libidinal do horror e da dor que caracteriza o fascismo, do qual encontramos signos explícitos na narrativa da viagem de 1925-1927 de Julião Quintinha. O jornalista libertário descreve o momento em que Neutel de Abreu mistura o seu sangue com o do chefe Mocapera. O contingente de vários milhares de homens reunidos por este dirigente *makua*³ foi armado e comandado por Neutel e pelos seus imediatos, um grupo de criminosos portugueses deportados, responsáveis diretos pelos inúmeros massacres cometidos nas regiões a norte do rio Ligonha e pelo genocídio das populações Namarras. A mistura de sangue entre o semideus terrífico e o seu acólito africano, destinada a selar para todo o sempre a cumplicidade entre os dois, encontra-se associada por Quintinha, de forma muito

² O conceito de “segmentaridade” social foi desenvolvido por Gilles Deleuze (ver por exemplo: Deleuze et al., 1996 [1977]: 151 e ss).

³ 6 000 homens segundo René Pélissier; 30 000 segundo J. Quintinha. Ver: Pélissier, 1984: tomo 1, 236; Quintinha, 1929: 384.

significativa, à informação sobre o acesso de Neutel ao harém do dirigente *makua* onde se encontravam: “mais de 50 mulheres, das mais belas e ricamente vestidas” (Quintinha, 1929: 379). A narrativa associa a celebração do assassinato em massa e as representações da interiorização pelos colonizados da divindade dos membros da raça superior ao sexo disponível e abundante, significado pelo acesso ao harém do príncipe africano cúmplice dos crimes inomináveis. Nos aposentos encontram-se muito provavelmente jovens e crianças capturadas durante as razias. A narrativa enuncia a estreita ligação entre o assassínio e o terror, significantes da abjeção enquanto fixação ou banalização do mal, e as formas do desejo colonial em que a condição das jovens e das crianças é um produto do horror e reproduz a dor. A escrita de Quintinha aproxima-se das visões apocalípticas de Céline com *mises en scène*, como nos diz J. Kristeva, das “bases pulsionais” do fascismo: *Car c’est bien cette économie-là, celle de l’horreur et de la douleur dans leur plus-value libidinale, qui se sont trouvées captées, rationalisées et rendues opérantes, par le nazisme et le fascisme* (Kristeva, 1983 [1980]: 181).

Num outro plano, o ascetismo de Mouzinho, ao mesmo tempo que mistifica ainda mais o personagem aos olhos dos próprios europeus, encontra uma sublimação negativa no exercício visivelmente libidinal do terror, onde o horror e a dor convergem na constituição abjeta de si-mesmo enquanto sujeito imperial:

A minima desobediencia ou simples demora no cumprimento de uma ordem minha, era immediata e severa, para não dizer barbaramente castigada a chicote de cavallo marinho, e um preto convicto de espião do Gungunhana foi fuzilado e queimado o seu cadaver diante de 300 mabinguellas e manguni, que se haviam reunido por minha ordem. E não se pense que gosto de ver matar indigenas a sangue frio, ou de os ver estorcer-se atangatados pelo sjambock, mas percebêra que o Gungunhana ainda era muito temido e respeitado, devido em parte ás mortes que os todos os dias mandava fazer, e por isso, sem sair dos processos a que me cingia a minha qualidade de homem civilizado, fiz o possivel por inspirar um terror igual ao que espalhara em torno de si o regulo vatua. E quando me pareceu have-lo conseguido, marchei sobre elle (Albuquerque, 1897: 238).

Precipitado no abismo dos fluxos de morte, a afirmação patética da sua condição de “civilizado” por Mouzinho constitui a própria constatação da perda de si-mesmo, com o ego agora construído pela abjeção onde convergem a dor e o horror do suplício e do assassinato em massa. As formas de dominação pelo terror aplicadas pelos oficiais portugueses implicam um grau de degradação moral do seu próprio ego tão terrífico que a vitória construída na base destas práticas significa na realidade a mais estrondosa das derrotas. A superioridade racial dos conquistadores revela-se como um estado avançado de decadência psicológica, manifesto na psicose assassina, e o propósito civilizador que sustém a ideia de Império aparece assim como uma mera mistificação⁴.

Desde o seu regresso à metrópole, sobretudo no período posterior à hecatombe da Grande Guerra, confrontados com a devastação do tecido social e a ascensão das organizações proletárias, os militares africanistas vivem com a obsessão de continuar a propagar os fluxos de morte da conquista e da reterritorialização colonial. A atitude expressa nas narrativas de guerra dos anos 1920 relacionadas com as operações da Primeira Guerra mundial em Moçambique constitui o paradigma da predisposição destes homens⁵. No entanto, encontramos o seu signo anunciador já no dealbar do século, por exemplo na descrição de Eduardo de Noronha do deslumbramento de Aires de Ornelas (futuro tradutor

⁴ Sobre esta temática ver a análise de Ashis Nandy em *The Intimate Enemy* (Nandy, 1988 [1983]).

⁵ Ver por exemplo: Selvagem, 1925 [1919]; Cértima, 1925 [1924]; Alberto, 1933.

de Charles Maurras) e dos outros oficiais de Mouzinho perante o assassinato em massa: “Basta dizer que todos mostravam as pontas das lanças ou as fôlhas vermelhas e que não havia um único rosto que não se mostrasse radiante; o capitão Aires de Ornelas vinha encantado com a sua lâmina rubra até aos copos.” Os militares portugueses regressados à metrópole veem-se transportados por uma linha de fuga mortífera, desprovida de sentido, o que justifica a banalidade do mal. Esta encontra-se associada de alguma forma à memória do terror absoluto de que foram protagonistas no “Campo Santo d’África”, para utilizar uma expressão formulada na sua narrativa de viagem por Veva de Lima, próxima do integralismo e casada com o banqueiro Rui Ulrich (Lima, 1928: 315-316). Torna-se assim compreensível que Mouzinho tenha dedicado os últimos anos da sua vida à preparação de um *putsch* destinado a instaurar um regime autocrático de tipo cesarista, ao que o rei Dom Carlos sempre se recusou. O *caudillo*, sem sair da sua “qualidade de homem civilizado”, teria decerto feito o possível, como em Moçambique, “para inspirar o terror”. Aires de Ornelas, no seu prefácio à edição póstuma da memórias de Gomes da Costa, faz alusão aos planos de Mouzinho:

Quando Mousinho veio de África depois dos partidos políticos lhe terem tirado o governo, porque não houve no parlamento um só protesto contra a acção do sr. Conselheiro José Luciano, Mousinho pensou, é certo, na constituição de um governo militar apoiado no Exército que então teria um Comando em Chefe fora da política partidária. Escusado será dizer que não era para si que ele destinava esse Comando em Chefe. As transformações necessárias para atingir esse fim, preparei-as eu por sua ordem. Mas El-Rei D. Carlos nunca entendeu ser possível constituir um governo sem o apoio de uma organização política. Não se tinha dado ainda a cisão de João Franco, e quando ela se realizou Mousinho recusou-se sempre a entrar para esse agrupamento político, apesar dos pedidos instantes de alguns dos seus melhores amigos (Ornelas, 1930: xvi-xvii).

Encontramos também ecos destes planos *putschistas* na obra de Eduardo de Noronha. Este autor refere que Mouzinho teria sido seguido por toda a população se tivesse tentado tomar o poder por altura da sua passagem pela metrópole em 1897:

Se, nêsse momento, Mousinho, levantasse a espada e proferisse uma palavra, todos, todos os que ali estavam, sem distinção de classe ou de idade, segui-lo-iam cegamente, dominados, hipnotizados pelo seu prestígio, para a mais quimérica e absurda empresa que êle pudesse sonhar (Noronha, [1934/1906]: 245-246).

A participação de Aires de Ornelas ou de Paiva Couceiro, entre muitos outros membros da dita “geração de Mouzinho”, na constante desestabilização assassina do regime republicano, e depois a ligação deles às correntes políticas e militares favoráveis ao fascismo, após a instauração da ditadura em 1926, inscrevem-se também na mesma estratégia de propagação do terror.

A realização da “raça” no império

Encontramos por várias vezes nas narrativas coloniais deste período, como aliás se verifica nos excertos citados, o nome de Manuel Gomes da Costa (1863-1929). Este oficial da “geração de Mouzinho” distinguira-se já durante as campanhas coloniais em Goa, entre 1895 e 1896, tendo assumido também por várias vezes o comando das tropas de auxiliares africanos no decorrer das operações de conquista em Moçambique. Durante o consulado de Mouzinho, foi nomeado governador de Gaza. Após a sua participação na Grande Guerra na frente da Flandres, onde foi segundo-comandante do contingente português, o general

Gomes da Costa liga-se aos setores militares que conspiram com vista a um *putsch* contra o sistema liberal⁶. Será o primeiro chefe da ditadura, nomeado presidente da república desde junho de 1926, após o rápido afastamento do general Mendes Cabeçadas que era favorável a um compromisso com os políticos liberais. Gomes da Costa viria por sua vez a ser afastado do poder, um mês mais tarde, na sequência do golpe de estado conduzido pelo general Óscar Carmona, próximo da corrente política onde se destaca António de Oliveira Salazar. A intensidade dos fluxos de morte das campanhas de conquista pelo terror mas também da Grande Guerra é visível na ação dos homens que dirigem a ditadura. As afirmações de Gomes da Costa, num artigo publicado a 7 de janeiro de 1915 no diário lisboeta *A Capital*, parcialmente reproduzido na sua obra *A guerra nas colónias*, editada pela primeira vez em 1922 e depois em 1925, são reveladoras: “O signatario d’estas linhas estava em Africa quando se pensou em Portugal em mandar uma divisão para a guerra... (...) ... para entrar numa tal guerra é preciso ir preparado convenientemente. Morrer não importa mas é preciso morrer bem e com utilidade para a Patria. ‘Morrer mas devagar’.” (Costa, 1925 [1922]: 254)⁷.

As associações de antigos combatentes da Grande Guerra, mas também das campanhas militares africanas de conquista, encontram-se entre os setores da população, para utilizar a noção de Hannah Arendt, mais favoráveis a uma solução política fascista. A sua influência sobre os militares de carreira, em particular sobre os oficiais menos graduados, os *tenentistas*⁸, é muito significativa desde as primeiras campanhas de conquista⁹. Estes setores do exército encontram-se na origem, em agosto de 1927, do *putsch* falhado em que participam António Ferro ou Henrique Galvão, na altura tenente, dirigido pelo professor Fidelino de Figueiredo e pelo comandante Filomeno da Câmara¹⁰. Este último, governador de Timor durante a maior parte da década de 1910, está na origem de vários massacres da população desta colónia (Pélissier, 2004: 237ss). É também autor de um longo prefácio à obra de propaganda *Viagem à volta das ditaduras*, de António Ferro, onde faz a apologia dos regimes fascistas de Primo de Rivera e de Mussolini. Os “castigos” de Filomeno da Câmara, deportado e depois nomeado Alto-Comissário de Angola, em 1929, ou de Henrique Galvão, deportado na mesma altura e nomeado em seguida chefe de gabinete do comandante *putschista*, ocupando mais tarde as funções de governador do distrito da Huíla, são também significativos das ligações destes meios de conspiradores com o regime de terror implantado nas colónias. Os *tenentistas* são indispensáveis ao jogo político levado pacientemente a cabo por Salazar, desde o *putsch* de maio de 1926, mas sobretudo a partir da sua nova nomeação como ministro das finanças, em 1928, para conseguir formar uma elite fascista eficaz e respeitável, capaz de gerir um estado corporativo. A constituição de uma casta dirigente, reagrupada na formação política União Nacional, e o controle do setor mais temível da população, manipulado pela hierarquia integrista católica, permitirão ao ditador avançar, a partir do início dos anos 1930, com o seu programa totalitário. A institucionalização das milícias fascistas Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa e a abertura do campo de

⁶ De Gomes da Costa ver as seguintes obras: *Gaza: 1897-1898* (Costa, 1899); *A batalha do Lys* (Costa, 1920); *A guerra nas colónias: 1914-1918* (Costa, 1925 [1922]); *A revolta de Goa e a campanha de 1895-1896* (Costa, 1939). Ver também: Carvalho, 1957 [1940].

⁷ No seu posfácio à terceira edição da narrativa de guerra *Epopéia maldita* de António de Cértima, publicada em 1925, Gomes da Costa declara: “Em África, vemos os chefes e a sua claqué, na *Base*, comendo, bebendo, passeando, gozando, estendidos nas preguiçadeiras de verga, abanados pelos moleques, tomando limonadas ou *whisky* and *soda* bem gelados; o resto, a canalha, os párias, rotos e sujos, debaixo dum sol de inferno, sem pão, sem água, sem medicamentos, atolados nos lódos do Rovuma, trocando tiros com o inimigo pela honra de uma Patria cujos destinos estavam nas mãos de inconscientes, ou ignorantes, ou perversos” (Cértima, 1925 [1924]: 286).

⁸ Sobre o *tenentismo* ver: Rosas, 1994: 156-157 e ss.

⁹ Yves Léonard observou a propósito da reciprocidade entre as campanhas de conquista e o próprio sentido da funcionalidade imperial do exército que os militares cada vez mais se atribuem: “Junto dos seus pares, os militares, os ‘coloniais’ exercem um inegável poder de atração, a ponto de uma parte do exército português tender então para se ‘colonializar’. Simultaneamente, a ideia colonial tende igualmente a ‘militarizar-se’.” (Léonard, 2000: 533).

¹⁰ Sobre a evolução política, ver: Rosas, 1994: 151-241; Pinto, 2015: 21-101.

concentração do Tarrafal em Cabo Verde, em 1936, constituem os signos de consagração do novo poder. Como assinala António José Telo, apenas Salazar conhecia exatamente o jogo que conduzia para garantir o triunfo do fascismo após o *putsch* de 1926, numa altura em que as correntes republicanas conservadoras, como a dirigida pelo general Mendes Cabeçadas, tinham ainda uma expressão política considerável no seio da ditadura. A. J. Telo observou a este respeito:

A dimensão económica e a “arte”, sumamente difícil, de marcar pontos no universo altamente regulamentado e todo-poderoso da organização corporativa dos anos 30, torna-se fundamental. Neste campo, os partidos de pouco servem. Os que sobrevivem são dinossauros, que deixaram de representar as reais clivagens da sociedade. Em resumo, o desaparecimento real da classe política liberal só é possível porque a sua função desapareceu em larga medida. A criação do Salazarismo identifica-se assim com uma estratégia original para destruir o Estado liberal. (...) O novo político tinha sobretudo de gerir conflitos de bastidores, através da judiciosa distribuição de ajudas e criação de regulamentos. Todo o processo obedeceu a uma estratégia que só estava clara na mente de Salazar e, talvez, de alguns dos seus poucos conselheiros, como Quirino de Jesus (Telo, 1994: 125-126).

Entre os homens de que Salazar se serve como grupos de pressão para atingir os seus objetivos encontram-se, como vimos, vários oficiais das campanhas de conquista pelo terror em África. Na segunda metade dos anos 1920, estes militares estão à frente de setores da população preconizando a instauração sanguinária de um regime de terror fascista, que o “mago das finanças” sabia estar votado ao fracasso antes da neutralização institucional do republicanismo conservador. Um destes oficiais, o general João de Almeida (1873-1953), apresenta um percurso interessante ao nível da associação entre a banalização do terror como forma de dominação política total nas colónias ou na metrópole e os desenvolvimentos do pensamento racial português. Com a patente de capitão, foi nomeado desde 1903 sub-chefe e depois chefe do Quartel Geral de Angola. Em 1908, assume o governo interino do distrito da Huíla no sul do território. Entre 1907 e 1910, vai dirigir várias campanhas de conquista pelo terror na colónia. De início, em 1907, na região do Cuamato, no sul, e na região dos Dembos, situada a uma centena de quilómetros ao nordeste de Luanda. Vamos encontrá-lo depois na região da Huíla até 1910¹¹. No seu relatório de atividade, publicado em 1912, João de Almeida faz as seguintes afirmações acerca do governo pelo terror:

Reconhecida a necessidade absoluta de ocupar e, como mais urgente, a de balizar as fronteiras, mas por actos de administração e polícia, não nos embrenhamos nas largas dissertações sobre as formas de ocupação, nem tão pouco nos preocupamos com as opiniões dos intervencionistas ou dos que apregoam a guerra às guerras. Teorias românticas, de um generoso e utópico humanitarismo, que encontram no campo dos factos a mais formal e completa refutação! A diplomacia... os conselhos... o exemplo... o espírito de justiça... a propaganda... – como se houvesse tribus que se deixassem avassalar só por agrado e simpatia, sem protesto, e não procurassem reagir e impedir toda a penetração de elementos estranhos, sobretudo dos europeus que mantêm sempre o espírito de domínio, com toda a sua energia e força própria! E essas teorias, alheadas de todo o conhecimento prático e real, só têm contribuído para dar uma falsa orientação a quem se devia interessar, acima de tudo, pelas colónias. (...) A coluna de 1907 havia terminado com a lenda do terror e com a apregoada ferocidade dos cuamatos, numa marcha sangrenta, mas vitoriosa de 50 quilómetros. Mas o eco das vitórias entre os indígenas apaga-se de-prensa; e, especialmente quando a lição

¹¹ Ver: Galvão, 1934 [1931]; Galvão, 1935; Almeida, 1936 [1912].

recebida não é directa, quando a devastação e a morte não atingiram os seus lares, a lembrança tem curta duração (Almeida, 1936 [1912]: 131-132).

Neste relatório, publicado dois anos após a implantação da República, João de Almeida reproduz o pseudo-valor-saber¹² reiterado pelo discurso africanista que associa a apropriação do território, a conquista seguida da administração e, por extensão, a dominação das “tribos” selvagens à “energia e força própria” dos europeus. Esta versão atualizada da “estratégia da crueldade” de António Enes (Enes, 1945 [1898]) ou da necessidade do exercício do terror expressa por Mouzinho deve ser relacionada, por um lado, com as fantasias do autor sobre “o fundo atlante da Raça”, enunciadas desde 1901 na sua tese de licenciatura apresentada à Universidade de Coimbra, onde se encontram muitas afinidades com o pensamento racial de António Sardinha¹³ e por outro lado, com as representações da luta das raças pela terra e da seleção natural das populações mais aptas em todo o planeta, desenvolvidas em particular na sua obra *Visão do Crente*, publicada em 1918 (escrita, segundo indica, em 1915). Neste ensaio, João de Almeida afirma:

A guerra actual é, como todas as guerras, uma consequencia fatal e lógica da competencia entre estados, ciosos da sua preponderancia sobre os outros, de ambição e supremacia que a sua vida pujante e a crença na missão histórica que julgam inherentes à sua raça, os leva a orientar no que hoje se chama imperialismo moderno. (...) Portugal tem também os seus objectivos, os seus fins a cumprir, tem também o seu imperialismo. (...)

Revigoroamento da raça, das suas qualidades ethnicas e fundamentaes, pela purificação dos usos e costumes n'um trabalho ordenado n'um sagrado respeito á tradição, pelo regresso ás suas formas politicas e organicas, tão proprias ao nosso modo de ser, alheando-as de importação por inadequadas e improprias do nosso temperamento sensível e irrequieto; (...)

Expansão da raça e da língua pelo augmento territorial, nos singulares pontos e adequados, á unica forma real de engrandecimento que tem constituido a ambição suprema da nação desde que se constituiu e radicou nos actuaes moldes, e a necessidade e as actuais circunstancias lhe aconselham a reatar (Almeida, 1918: 102, 106, 108-109).

Encontramos em *Visão do Crente* as projeções da mitologia ariana de luta planetária das raças que caracterizam o pensamento racial de Oliveira Martins ou de António Sardinha¹⁴. João de Almeida reafirma as suas convicções sobre a luta das raças pelo império e reproduz as suas afirmações de 1918 por ocasião da conferência *Nacionalismo e Estado Novo*, proferida no Teatro São Carlos em Lisboa a convite das organizações fascistas União Nacional e Liga 28 de Maio, publicada em 1932 em co-edição pela Agência Geral das Colónias (Almeida, 1932).

Até 1926, João de Almeida distingue-se pela sua participação nas incursões mortíferas de Paiva Couceiro contra a República (Pinto, 2015: 312). Após a instauração da ditadura, o general vai desempenhar um papel de primeiro plano entre os setores da populaça, ins-

¹² Retomámos o conceito de “pseudo-valor” de Joseph Gabel. Um pseudo-valor é um valor não dialético, um valor reificado: *La valeur réifiée est sa propre justification; elle est a priori et non pas a posteriori, analytique, et non pas synthétique. P. Szende a souvent insisté sur le rôle de l'a priori et de l'élément analytique dans la pensée autoritaire. (...) Le raciste s'estime supérieur parce qu'il est supérieur* (Gabel, 1962: 65-66). Sobre a noção de “valor-saber” ver: Bhabha, 2004 [1994]: 112 e ss.

¹³ Ver: Almeida, 1950-1952. Em 1932, por ocasião da sua conferência *Nacionalismo e Estado Novo*, João de Almeida reafirma as suas convicções sobre a origem atlante como especificidade da “raça portuguesa”: “E já antes da *Visão do Crente* [de 1918] – em 1901, nos trabalhos a que directamente procedíamos, reconhecemos a originalidade da raça autoctone, do HOMO ATLANTICUS, que não pode deixar de ser proclamada a base de uma teoria que pretenda abarcar, no passado, no presente e no futuro, todas as aspirações expressas ou implícitas da Nação.” (Almeida, 1932: 8-9).

¹⁴ Sobre esta temática ver o nosso artigo *Memória africana e falsificação do passado na literatura sobre o genocídio do Barué*, a publicar no quadro do projeto *Discursos memorialistas e a construção da história*, dirigido por Inocência Mata.

tando pela implantação imediata de um regime de terror (*idem*: 79). Em 1926, quando tem ainda a patente de coronel, João de Almeida, próximo do integralismo, será por alguns dias ministro das colónias no governo de Gomes da Costa. Depois desta experiência, vai evoluir nos meios políticos favoráveis ao fascismo, relacionados com o consulado de Gomes da Costa, que vão dar origem pelos finais de 1927 à Liga Nacional 28 de Maio. A Liga aparece aliás como o protótipo da União Nacional formada pouco depois à volta de Salazar. João de Almeida é preso, em 1930, acusado de preparar um *putsch*. Em 1932, os militares membros da Liga vão fazer pressão sobre o presidente Carmona para o nomear chefe do governo em vez de Salazar, considerando que ele é “o homem que encarna hoje todas as aspirações nacionalistas” (citado in *idem*: 90-91). Na imprensa da Liga é apresentado como o chefe providencial. Nesse momento, tem ainda o apoio de personagens como Henrique Galvão que publica, em 1931, um panegírico de João de Almeida focalizado nas atividades coloniais do candidato a ditador, reeditado em 1934 (Galvão, 1934 [1931]). Por volta de 1932, aparece como um dos dirigentes do partido nacional-sindicalista de Rolão Preto, formado a partir da Liga e próximo do nacional-socialismo alemão, onde continua a ser apresentado como candidato a chefe da ditadura. Em 1938, na sequência do *complot* montado contra Salazar após a detenção de Paiva Couceiro, também próximo dos nacional-sindicalistas, João de Almeida vai ser exilado (Pinto, 2015: 312).

O programa totalitário

Na sua conferência de 1932, onde aliás presta homenagem a Salazar considerando que as bases programáticas do Estado Novo, apresentadas em 1930, foram “a melhor revelação destes seis anos de govêrno ditatorial” (Almeida, 1932: 6), João de Almeida proclama acerca da política imperial a seguir pelo regime:

Não se trata, com efeito, sòmente de valorizar as condições materiais do País. Há um património moral e espiritual riquíssimo a defender. Necessário se torna que o Renascimento Português abraja todos os lanços da actividade nacional – económica, financeira, militar, espiritual – e que os abraja dentro de uma unidade perfeita de acção imperialista.

*Numa palavra: os objectivos fundamentais da política imperial consistem em servir integralmente, para a realização total da concepção do Império, os interesses superiores da Nação – fortalecendo-a sob todos os aspectos, dando-lhe unidade, decisão coordenada e consciência (*idem*: 33).*

O programa de João de Almeida coincide com os objetivos, formulados num tom mais rigoroso por Salazar, Quirino de Azevedo e Armindo Monteiro no *Acto Colonial* de 1930: a extensão do sistema totalitário “abrangendo todos os lanços da atividade nacional – económica, financeira, militar, espiritual”, tanto nas colónias como, agora também, no próprio solo da metrópole. Com efeito, a promulgação do *Acto Colonial*, elaborado com base numa experiência de três décadas de ditadura racial e de dominação total pelo terror nas colónias, aparece como o primeiro passo constitutivo da nova ordem totalitária no Portugal dos anos 1930-1940. A formulação de um novo quadro político destinado a intensificar a reterritorialização colonial marca, por um lado, um momento decisivo no processo de aglutinação à volta do programa imperial do fascismo de membros dos círculos elitistas do republicanismo, em particular de atores políticos até aí próximos da *Seara Nova*, como Ezequiel de Campos ou Quirino de Jesus, ou ainda de antigos dirigentes sindicalistas revolucionários como Carlos Rates. Ao mesmo tempo, o novel expansionismo imperialista acompanha a instalação progressiva de uma casta burocrática, em consonância com os

interesses tanto da burguesia como da elite fascista. O programa de desenvolvimento rápido da colonização aparece a esta burocracia, formada a partir da recomposição política operada por Salazar no início dos anos 1930, como a única forma eficaz de canalizar o movimento da população. Sob a ameaça de se fazer devorar pela deriva assassina do movimento, cujo sinal anunciador é constituído pelo nacional-sindicalismo, a nova elite vê-se obrigada a reinvestir os processos de apropriação geográfica para garantir a dominação política total na metrópole. No momento de promulgação do *Acto Colonial* existe uma unanimidade quase completa de todas as correntes políticas, reunindo os diferentes setores da sociedade portuguesa, à volta da extensão do programa imperialista, servindo como caução à implantação do totalitarismo na metrópole. A participação, desde 1931, do libertário Julião Quintinha, enquanto representante da “imprensa colonial”, nas atividades da Comissão de Lisboa do Movimento Pró-Colónias, formado com vista à organização da exposição e dos congressos coloniais que vão ter lugar no Porto em 1934, onde se encontram também os membros da *Seara Nova*, é o signo revelador desta convergência nacionalista. Esta convergência política à volta do programa imperialista ou do “problema colonial”, para utilizar os termos da *Seara Nova*, vai também afetar o partido comunista até ao final dos anos 1950, ou até mesmo ao início dos anos 1960, isto é, até ao momento em que aparece explícito o apoio da União Soviética aos movimentos independentistas das colónias portuguesas. A unanimidade nos anos 1930-1940-1950 em relação ao programa imperialista resulta, no caso do partido comunista, segundo José Neves, de uma “lógica nacional-colonialista no contexto do frentismo anti-salazarista”, preconizando um “colonialismo progressista” (Neves, 2011 [2010]: 166, 135)¹⁵. No início dos anos 1930, apenas um reduzido número de anarco-sindicalistas, dos quais a maioria vai perecer no “campo da morte lenta” do Tarrafal, se arriscaria ainda a pôr em causa o programa imperialista do fascismo que tem como objetivo a rápida ocupação física dos territórios africanos pela “raça portuguesa”. De facto, em paralelo às tomadas de posição maioritárias favoráveis à expansão imperial, das quais a obra colonial de Julião Quintinha constitui decerto o melhor exemplo, exprimiu-se também com regularidade, no seio dos meios libertários, anarcosindicalistas ou mesmo sindicalistas revolucionários da metrópole, uma tendência abertamente anticolonial. Esta tendência remonta às análises críticas de Emílio Costa, no dealbar do século XIX, sobre os métodos de terror como estratégia de conquista sistematicamente utilizados pelos membros da “Geração de 1895” e sobre a instauração da ditadura racial nas colónias. A corrente libertária anticolonial exprime-se também nas páginas do diário *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho, desde a sua fundação em 1919 até 1927¹⁶.

No contexto de convergência política à volta do programa imperialista, a própria suspensão das funções de embaixador em Londres, em 1926, seguida da passagem compulsiva à reforma de Norton de Matos (1867-1955), em 1934-1935, o principal representante da corrente colonial republicana, aparece sobretudo ditada por motivos de política interior. Com efeito, o general vai assumir-se como o dirigente carismático da oposição liberal conservadora à ditadura e entra em confronto direto com Salazar ao apresentar a sua candidatura à presidência da República em 1948-1949. Terá o apoio de todas as tendências políticas antifascistas impulsionadas pelo movimento popular desencadeado na sequência da vitória sobre o nazismo (Rosas, 1994: 369 e ss). Norton de Matos distinguiu-se como um dos

¹⁵ No entanto, são implícitas, na análise dos textos dos dirigentes comunistas consagrados à “questão colonial” por José Neves, conclusões que este autor não quer tirar a propósito da influência do pensamento racial e das representações da hierarquia cultural sobre a ideologia dos quadros do partido, em particular Álvaro Cunhal. Ver: Neves, 2011 [2010]: 135-169. Ver também: Manyá, 2004.

¹⁶ Ver o nosso artigo *As ilhas de São Tomé e Príncipe na narrativa de viagem de Julião Quintinha* (Neves, 2017). Ver também: Castro et al., 1995.

principais oficiais republicanos implicados no derrube do governo do general Pimenta de Castro, em 1915, a primeira tentativa de instauração de um regime ditatorial após a implantação da República. Foi governador-geral de Angola entre 1912 e 1915. Entre 1915 e 1917, o período situado entre o derrube da ditadura de Pimenta de Castro e o *putsch* de Sidónio Pais, Norton de Matos começou por ser ministro das Colónias, assumindo depois, ainda em 1915, o cargo de ministro da Guerra, tendo sido o organizador do CEP (Corpo Expedicionário Português) enviado para a Flandres. Foi nomeado Alto-Comissário de Angola em 1921, sendo obrigado a regressar a Lisboa, em 1923, debaixo do fogo da oposição tanto localmente de numerosos colonos como de integralistas e proto-fascistas na metrópole. Estes setores políticos mostram-se sobretudo contrários às medidas do general republicano para tentar transformar as terríveis condições de servidão a que os colonizados se encontravam submetidos. O Alto-Comissário preconizava a introdução de um regime de trabalho fundado numa espécie de contratualização forçada e generalizada. Adelino Torres considerou positiva a ação de Norton de Matos (Torres, 1991). Alfredo Margarido, no seu prefácio a este ensaio, participa das opiniões de A. Torres. Segundo Michel Cahen, as medidas do general inscrevem-se antes numa estratégia de generalização do trabalho forçado (Cahen, 2012: 157-159). O jornalista sidonista Pedro Muralha será um dos principais porta-vozes do protesto dos colonos com a narrativa da sua viagem por São Tomé, Angola e Moçambique, publicada em 1925 sob o título *Terras de África* (Muralha, 1925). Na mesma ótica, Cunha Leal publicaria em 1924 o opúsculo *Calígula em Angola* (Leal, 1924). Por outro lado, Norton de Matos é fortemente criticado, em Luanda e em Lisboa, pelas associações ligadas aos círculos crioulos devido à sua política de institucionalização sistemática da segregação e à pressão exercida sobre as populações para as submeter ao trabalho forçado. O general esteve, por exemplo, na origem da criação dos “bairros indígenas” nos centros urbanos, aos quais os colonizados deveriam ficar circunscritos desde a chegada da noite. Norton de Matos mostrou sempre uma oposição feroz em relação à mestiçagem e ao estatuto social e político dos crioulos, tendo as associações destes sido constantemente assediadas na colónia pela sua administração (Assis Júnior, 2014 [1917]; Andrade, 1997 [posth.]: 88-89, 104-107, 124-125). Um tópico incessantemente repetido pelo general nos seus escritos será o da instalação de “famílias brancas” como sendo uma das principais prioridades da política imperial: “Colonização dos nossos territórios de África por meio de famílias de portugueses brancos.” (Matos, 1944: I vol., 28). O general, leitor de Proudhon na juventude (*idem*: 69) nunca escondeu a sua admiração pelos métodos de terror empregues por Mouzinho, que o teria convidado para integrar o grupo de oficiais presente em Moçambique em 1895 (*idem*: 83-87). Lembremos ainda que Norton de Matos considerava João de Almeida como “o único militar que teve verdadeira visão do sul de Angola” e convidou-o, sem sucesso, para integrar a sua equipe quando foi nomeado Alto-Comissário de Angola em 1921 (*idem*: 82). Nas suas memórias é visível a influência que o pensamento racial fundado na mitologia ariana e nos princípios da “luta das raças” teve sobre as suas orientações políticas:

*Cinco impérios partilham hoje o mundo – o dos latinos, o dos anglo-saxões, o dos germânicos, a Rússia e o dos amarelos. (...) O espectáculo que a humanidade nos oferece é o da luta, que será por muitos séculos irreductível, entre estes cinco impérios; e, como consequência dessa luta, por um lado, o combate dentro de cada império pelo estabelecimento da hegemonia de uma das nações que o formam e, por outro lado, o esforço de anexação de territórios estranhos, isto é, de desmembramento dos impérios rivais (*idem*: 109-110)¹⁷*

¹⁷ Ver também: Matos, 1923; Matos, 1926; Matos, 1934; Matos, s/d [1951]; Matos, 1953; Matos, 1953a. Ver ainda: Léonard, 2000a: 536-553; Alexandre, 2000: 193-202; Rollo, (coord.), 2013-2014: II vol., 791-792; *idem*: III vol., 308-311, 600-603, 652-656.

Pelos meados dos anos 1920, duas correntes parecem tomar forma em relação ao modelo de administração colonial a seguir pelo estado português. Uma delas aparece representada por Norton de Matos e pelo Partido Democrático, tendo sido implementada durante o governo do general em Angola, de 1912 a 1915 e depois, como Alto-Comissário, de 1921 a 1923. Os dirigentes republicanos, como por exemplo Brito Camacho, também Alto-Comissário em Moçambique entre 1921 e 1922, defendem em geral este modelo descentralizado, preconizando uma grande autonomia administrativa. A outra corrente, favorável a uma administração centralizada a partir da metrópole, teria tomado forma lentamente na sequência do insucesso do sistema dos Altos-Comissários. A passagem de João Belo¹⁸ pelo ministério das colónias, entre agosto de 1926 e o seu falecimento em janeiro de 1928, foi um primeiro momento de afirmação deste modelo, mais explicitamente implementado quando Salazar se torna responsável pela pasta, em 1930 (Alexandre, 2000a: 205-217). Ao contrário de Manuel Villaverde Cabral ou de Valentim Alexandre, avançamos a hipótese de um desenvolvimento histórico em que o projeto imperial do fascismo constitui uma resposta totalitária da metrópole às necessidades da reterritorialização colonial após a fase das conquistas, o final da Grande Guerra, e a primeira transformação social do espaço pelo capitalismo colonial (Cabral, 1976: 889 e ss). O conceito de “Nação Una”, desenvolvido por Norton de Matos desde 1933¹⁹, supondo uma ligação estreita ou mesmo um prolongamento da metrópole nas colónias, através de uma política de intensificação da ocupação dos espaços por “famílias de portugueses brancos”, confirma esta evolução²⁰. As duas correntes imperialistas correspondem antes a temporalidades distintas e por vezes não-coincidentes, consoante os territórios ou mesmo as regiões no interior de cada uma das colónias. A constatação de uma certa complementaridade entre o modelo de administração militar descentralizada e essoutro de prolongamento territorial da metrópole na colónia, visível nas diferentes formas que vai assumir o “culto de Mouzinho”, deve-se sobretudo à sucessão descontínua no terreno dos processos de desterritorialização e de reterritorialização²¹. A participação dos colonialistas republicanos ou libertários como Julião Quintinha no “culto de Mouzinho” que se vai desenvolver a partir do final dos anos 1920, tem também a ver com uma recuperação literal do programa de governo militar cesarista esboçado pelo Comissário Régio no seu relatório *Moçambique: 1896-1898*, publicado em 1899 (Albuquerque, 1899). Com efeito, os colonialistas republicanos aderiam ao modelo de descentralização imperial defendido por Mouzinho, e posto em prática por Norton de Matos ou Brito Camacho, na sua oposição à política de estreita dependência das colónias em relação à metrópole, implementada a partir da promulgação do *Acto Colonial* em 1930. Neste sentido, Francisco Toscano et Julião Quintinha afirmam em *A derrocada do Império Vátua e Mousinho d’Albuquerque*, o panegírico de Mouzinho que seria distinguido com o primeiro prémio no V concurso de literatura colonial em 1930:

E a obra colonial da República, salvo pequenas restrições, merece o apoio de todos os portugueses. (...) Foi a República quem criou o primeiro Ministério das Colónias, quem concedeu a descentralização defendida por Mousinho e quem completou a ocupação e realizou as mais importantes obras de fomento (Toscano, e Quintinha, 1935 [1930]: 162-163).

¹⁸ João Belo foi um dos oficiais das campanhas de Mouzinho, tendo permanecido cerca de trinta anos em Moçambique, até 1925, exercendo funções militares e administrativas.

¹⁹ *A Nação Una* de Norton de Matos lembra curiosamente a *União Nacional* de Salazar.

²⁰ Num apelo “aos novos de Portugal” difundido em 1933, Norton de Matos proclama: “Tomai a peito o desenvolvimento paralelo dos territórios portugueses: – que a totalidade dos recursos e das energias nacionais seja aproveitada para a organização da Nação Una; que a todos toquem os sacrifícios e as vantagens. ‘Tudo para todos’ deve ser a vossa divisa. Nunca deis, no vosso esforço, a impressão de que olhais somente para um aspecto da questão nacional, para o desenvolvimento de uma região com exclusão das outras. Quebrareis assim a “unidade nacional”, sem a qual nada conseguiremos, nada seremos.” (Matos, 1944: I vol., 23) Ver também o ensaio *A nação una* (Matos, 1953).

²¹ Sobre o “culto de Mouzinho”, Wheeler, 1980: 301 e ss.

Na realidade, tanto o Comissário Régio Mouzinho como depois o Alto-Comissário republicano Norton de Matos eram antes de mais favoráveis às suas próprias formas de governo autocrático, que apenas tinha eventualmente de responder perante os núcleos de colonizadores europeus. Como referimos, as comunidades crioulas encontravam-se entre os principais opositores de um governador em geral muito próximo dos interesses dos colonos (Silva *et al.*, 1995: 349-404; Torres, 1987: 101-106; Andrade, 1997 [posth.]: 106-107, 125-126). A narrativa historiográfica de Toscano et Quintinha constitui o melhor exemplo da participação republicana no “culto de Mouzinho”. Neste quadro, é ainda de referir a obra *Mouzinho* do general Ferreira Martins, inicialmente destinada a ser publicada na coleção Cadernos Coloniais da editora Cosmos mas que acabaria por sair em 1938 em edição especial (Martins, 1938). Assinale-se também que a editora Cosmos, próxima do partido comunista (Neves, 2006), vai assumir a difusão de uma visão colonial “republicana” do mundo durante os anos 1930-1940, sobretudo com a coleção de brochuras Cadernos Coloniais²². As obras de Toscano e Quintinha e do general Ferreira Martins são a pôr em paralelo com a narrativa *Mouzinho: Grande capitão de África* de Amadeu Cunha, publicada pela Agência Geral das Colónias sob o formato de cinco brochuras, entre 1935 e 1936, na coleção Pelo Império (Cunha, 1935-1936). Esta coleção de brochuras foi editada entre 1935 e 1961 no quadro da doutrinação imperial do fascismo. O filme *Chaimite*, realizado por Jorge Brum do Canto em 1953, constitui o corolário da construção de Mouzinho enquanto ícone do império moderno pelo regime fascista. A este nível, pode ser estabelecida uma relação com *Feitiço do Império*, rodado em 1940 por António Lopes Ribeiro a partir do romance homónimo de Joaquim Mota Júnior (Mota Júnior, 1940). Trata-se tanto de uma película que inaugura a transposição para o cinema do realismo característico da literatura colonial “científica” como da primeira obra audiovisual de doutrinação imperial destinada a uma larga audiência. A. Lopes Ribeiro utilizou em grande parte imagens captadas por ocasião da *Missão Cinegráfica às Colónias de África*, conduzida por Carlos Selvagem em 1937.

A instituição da Agência Geral das Colónias, em 1924, com base num largo consenso social e político, aparece a par da conclusão das campanhas de conquista de territórios em África. De uma certa forma, a Agência inscreve-se já num projeto de transformação social do espaço, refletindo o programa político da “fixação” preconizado por António Sérgio e pela esquerda republicana reunida à volta do círculo da *Seara Nova*²³. Esta política, no quadro imperial, significa a ocupação pela colonização “branca” e a exploração económica intensiva dos territórios e das populações dos espaços coloniais. A “política de fixação” de António Sérgio aparece muito mais em fase com o centralismo do programa imperial do fascismo, expresso no *Acto Colonial*, que com o modelo precedente de autonomia administrativa dos territórios coloniais. A presença de Quirino de Jesus (1865-1935), um dos principais ideólogos da *Seara Nova* nos anos 1920, por detrás da elaboração do *Acto Colonial* toma todo o sentido neste contexto. Quirino de Jesus tinha-se tornado na eminência parda do regime e era a principal influência política de Salazar, encontrando-se associado às principais orientações programáticas do Estado Novo na primeira metade dos anos 1930²⁴.

O *Acto Colonial* institui-se sobretudo como prelúdio ao projeto de corporativismo fascista expresso e consignado na constituição de 1933 que define o Estado Novo²⁵. A partir da

²² A coleção completa pode ser consultada no site *Memória de África*.

²³ Ver por exemplo o número especial da revista *Seara Nova* sobre o “problema colonial”, em particular o artigo de Quirino de Jesus: *Portugal e as colónias: As ambições estranhas* (Jesus, 1926: 154-161).

²⁴ Ver a este respeito a forma como Quirino de Jesus é retratado por J. A. França (França, 2010: 25-26). A obra *Nacionalismo Português*, publicada em 1932 por Quirino de Jesus, constitui uma das melhores fontes para se compreender o quadro ideológico do fascismo português (Jesus, 1932). Ver também a recolha *Cartas e relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar* (Jesus, 1987). Ver ainda: Rodrigues, 2006.

²⁵ Ver a este respeito: Rosas *et al.*, 2012.

promulgação destas duas bases fundadoras, o regime de Salazar vai assumir contornos cada vez mais totalitários. Os territórios do império vão ser transformados em vastos campos de trabalho onde são impostas as novas formas de escravatura que caracterizam o capitalismo nas colónias portuguesas. Na metrópole, o desenvolvimento de uma economia corporativa tem lugar em simultâneo com a eliminação física dos dirigentes e dos principais militantes das organizações operárias no campo da “morte lenta” do Tarrafal, inaugurado como mencionámos em 1936. Por outro lado, a oposição política republicana vai ser neutralizada e são implementadas formas de doutrinação fascista e de controle da personalidade designadas pelo regime de “política do espírito”²⁶. O integrismo católico domina cada vez mais a vida social e individual, enquanto as populações urbanas são enquadradas por organizações de massa como as já referidas Legião Portuguesa ou Mocidade Portuguesa, instituídas também desde 1936 após a eclosão da guerra civil em Espanha. Estas organizações são diretamente inspiradas nas suas congéneres italianas ou alemãs, assim como a polícia política PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado), formada em 1933, que espalha o terror através de detenções, tortura, deportações e assassinatos, asfixiando todas as formas de atividade social ou política. Após a derrota das tropas do Reich em Stalingrado, em 1942-1943, sinal que prenuncia o colapso do nazismo, o fascismo português afasta-se lentamente da via totalitária na metrópole; no entanto nas colónias o quotidiano de terror não conhecerá mudanças.

Entre os historiadores consultados ao longo desta pesquisa, M. Villaverde Cabral demonstrou a natureza fascista da ditadura portuguesa sem no entanto aprofundar a análise do período situado entre 1930 e 1942, quando o regime assume nitidamente contornos totalitários (Cabral, 1976; Cabral, 1978). Fernando Rosas considera o Estado Novo como um “regime de vocação totalitária”, em particular durante os anos 1930 (Rosas, 2001). A análise das características da ditadura portuguesa no seu conjunto conduziram Michel Cahen a conclusões similares (Cahen, 2008). H. Arendt recusou considerar os regimes de Franco e de Salazar como formas de totalitarismo, provavelmente devido à posição ambígua dos fascismos espanhol e português em relação à perseguição dos judeus (H. Arendt, 2002 [1948-1975]: 548-549, 1211). A posição de H. Arendt serve sem dúvida de caução a historiadores como Stanley Payne que considera a ditadura portuguesa como um regime autoritário corporativo católico (Payne, 1995: 313, 317), chegando mesmo a retomar a fórmula paradoxal de Manuel Braga da Cruz que vê no salazarismo um sistema de “liberalismo corporativo autoritário” (idem: 313). Antes, num colóquio realizado em Lisboa em 1986, S. Payne propusera a noção de “regimes organicistas moderados ou corporativos” para definir modelos ditatoriais como o de Salazar (Payne, 1987: 26). Da mesma forma, historiadores como João Medina, Yves Léonard ou António Costa Pinto defendem que a ditadura portuguesa não pode ser interpretada como um sistema totalitário (Medina, 1993; Léonard, 1996; Pinto, 1992; Pinto, 2015: 235-237, 333-343). Como assinalou M. Villaverde Cabral, continua a faltar um estudo aprofundado das relações entre a expansão imperialista e a ascensão e posterior consolidação do fascismo em Portugal com Salazar (Cabral, 1988: 273-274), ainda que sua estreita associação não deixe margem para dúvidas (Cabral, 1976: 889 e ss). As nossas pesquisas permitem avançar que a investigação sobre a relação entre império e fascismo deverá também ter em conta as características totalitárias das sociedades coloniais desde o final do século XIX e igualmente o papel do pensamento racial na emergência e desenvolvimento das correntes fascistas. Por outro lado, podem ser estabelecidas conexões entre contextos imperialistas comparáveis, em particular a partir

²⁶ Ver por exemplo: Ó, 1999.

da relação entre experiência colonial italiana ou alemã e a implantação de sociedades totalitárias nestes países²⁷.

As projeções fantasistas expressas por altura da promulgação do *Acto Colonial* pelo general nacional-sindicalista João de Almeida, em particular sobre o fundo atlante da “raça portuguesa”, não apresentam na realidade características mais ficcionais do que a aparência de rigor científico da “raciologia” ou “ciência das raças” da escola de antropologia de Mendes Correia. Com o advento do fascismo, os raciólogos passaram a ter uma função administrativa central no estado corporativo pela participação direta nos processos de reterritorialização imperial, através da implementação de um programa de antropologia colonial. No novo quadro totalitário, marcado pelas pretensões de eficácia e de rigor da burocracia fascista, não é de forma alguma surpreendente ver Mendes Correia, em 1940, no discurso proferido no momento de inauguração da grande realização da propaganda do regime, o Congresso do Mundo Português, apresentar o condutor da nação como o verdadeiro protótipo do “Chefe” da “Raça portuguesa”:

Está presente, senhores, está entre nós, nestas galas cultas duma Universidade moderna, a figura rude, forte, varonil, embora esbatida pelo tempo, dum homem que apenas veste um saio negro de lã grosseira, se protege com um pequeno escudo redondo, suspenso do pescoço por correias, empunha uma curta adaga e trás os compridos cabelos amarrados com uma fita. Pastor dos Hermínios, soldado, chefe, adivinhastes quem é.

Homens civilizados do século XX, portadores dos pergaminhos duma história admirável, inclinamo-nos todos em homenagem respeitosa perante êsse vulto o qual nos contempla com uma indulgência patriarcal que contrasta com a austera dureza do seu porte e das suas tradições guerreiras. Sorri satisfeito perante mais de dois mil anos duma história de que é precursor, perante oito séculos duma independência de que é o símbolo heróico.

É êle quem abre o ciclo dos Chefes gloriosos, êsse ciclo que hoje, perante o mundo alcançado e atônito, tem como alta e serena encarnação lusitana, outro português da Beira, expressão das virtudes perenes duma Raça, vivificada pela chama da fé em valores espirituais e nos destinos sagrados da Pátria (Correia, 1940: 15-16).

Ao reinvestir a lenda de Viriato, o dirigente da resistência lusitana à ocupação romana, Mendes Correia retoma o mito da “raça portuguesa” que se teria constituído enquanto “raça histórica” nesse período. Segundo as ficções debitadas ao longo de mais de um século por Alexandre Herculano, Teófilo Braga, Oliveira Martins, António Sardinha, João de Almeida e pelo próprio Mendes Correia entre muitos outros, os lusitanos já condensariam, desde há mais de dois milénios, as características biológicas e culturais dos portugueses de 1940. O ditador Salazar, à frente da burocracia fascista, que Mendes Correia integra plenamente, aparece representado como o “Chefe glorioso”, encarnando à semelhança de Viriato a “expressão das virtudes perenes duma Raça”. As “tradições guerreiras” da raça são indissociáveis para o raciólogo da “história admirável” e dos “destinos sagrados da Pátria”. Estes desígnios traduziram-se na realidade, durante os cinquenta anos que antecederam este discurso, por um envolvimento da população portuguesa nos fluxos de morte que devastaram os territórios africanos e contribuíram para a instauração do fascismo na metrópole. Em 1940, quando as principais campanhas de conquista se encontravam concluídas há cerca de vinte anos, a segmentaridade totalitária prossegue ao longo de linhas mortíferas derivadas das que caracterizaram a fase inicial de luta pelo império. A estreita relação entre o fascismo e o império funda-se de facto nas representações da luta sacrificial da “raça portuguesa” e na intensidade dos fluxos de morte que acompanha-

²⁷ Ver por exemplo: Palumbo, 2003; Vargaftig, 2016; Gemeaux, 2010; Olusoga *et al.*, 2011 [2010]; Theweleit, 1987 [1978]; Theweleit, 1989 [1978].

ram os processos de apropriação geográfica. A natureza mortífera do fascismo imperial vai revelar-se em todo o seu horror, volvidos apenas vinte anos após o discurso de Mendes Correia, quando a longa resistência cultural das populações colonizadas culmina na luta política pela independência. A intransigência do regime português para encontrar uma solução política conduz, em 1961, a um primeiro levantamento armado em larga escala no noroeste de Angola. A resposta do governo português de Salazar vai ser o genocídio do povo *bakongo* desta colónia, retomando assim, quarenta anos depois, as práticas assassinas evocadas e glorificadas nas narrativas coloniais até aos anos 1930²⁸. Em 1964, um primeiro levantamento armado pela independência, em Mueda, no planalto maconde, onde se concluíra por volta de 1920 a conquista de Moçambique, vai também saldar-se por um massacre das populações africanas. Os fluxos de morte, sob um fundo ideológico de luta da “raça portuguesa” pela realização do império²⁹, vão acompanhar o fascismo até à sua queda em 1974, num contexto de sucessivas derrotas, tanto militares como políticas, que conduzirão também à independência das colónias.

Referências bibliográficas

- Alberto, Manuel Simões (1933), *Condenados: A Grande Guerra vivida às portas do degredo*, Aveiro: e. a.
- Albuquerque, Mousinho de (1897), Chaimite. In: Ornelas, Ayres d', et al. (Henrique Paiva Couceiro, e Eduardo Costa, e Joaquim Mousinho de Albuquerque), *A campanha das tropas portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, Lisboa: M. Gomes.
- (1899), *Moçambique: 1896-1898*, Lisboa: Manoel Gomes.
- Alexandre, Valentim (2000), Situações coloniais: II – O ponto de viragem: as campanhas de ocupação (1890-1930). In: Bethencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti, dir., *Do Brasil para África (1808-1930): IV vol.: História da expansão portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, pp. 182-211.
- (2000a), *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)*, Porto: Afrontamento.
- Almeida, João de (1918), *Visão do Crente*, Porto: Companhia Portuguesa.
- (1932), *Nacionalismo e Estado Novo*, Lisboa: Agência Geral das Colónias/Parceria António Maria Pereira.
- (1936 [1912]), *Sul de Angola: Relatório de um govêrno de distrito: (1908-1910)*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- (1950-1952), *O fundo atlante da raça portuguesa e a sua evolução histórica*, 2 vol., Lisboa: e. a.
- Andrade, Mário de (1997 [posth.]), *Origens do nacionalismo africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*, Lisboa: D. Quixote.
- Arendt, Hannah (2002 [1948-1975]), *Les origines du totalitarisme, suivi de Eichmann à Jérusalem*, (dir. ed.: Pierre Bouretz), Paris: Gallimard.
- Assis Júnior, António de (2014 [1917]), *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Lisboa: Mercado de Letras.
- Bhabha, Homi K. (2004 [1994]), *The Location of Culture*, (with a new preface by the author), London/New York: Routledge.

²⁸ Sobre o genocídio dos Bakongo de Angola, em 1961, ver o nosso artigo: *Frantz Fanon and the Struggle for the Independence of Angola: The Meeting in Rome in 1959* (Neves, 2015).

²⁹ Até 1973, a festa nacional portuguesa será celebrada como “Dia da Raça” pelo fascismo português, tendo lugar a 10 de junho, suposta data de falecimento do poeta Camões. Como se sabe, desde 1977 a data assinala o “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”.

- Cabral, Manuel Villaverde (1976), *Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes*, *Análise Social*, vol. XII (48), 1976-4.º, pp. 873-915.
- (1979), *A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)*, *Análise Social*, vol. XV (8), 1979-2.º, pp. 373-392.
- (1988), *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, 2.ª ed., Lisboa: Presença.
- Cahen, Michel (2008), *Salazarisme, fascisme et colonialisme: Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception*, *Portuguese Studies Review* (Toronto), vol. XVI-1, pp. 87-113.
- (2012), *Indigenato Before Race? Some Proposals on Portuguese Forced Labour Law in Mozambique and the African Empire (1926-1962)*. In: Bethencourt, Francisco, e Pearce, Adrian J., ed., *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-speaking world: Proceedings of the British Academy*, Wiltshire: Oxford University Press, pp. 149-171.
- Carvalho, António G. G. Ribeiro de (1957 [1940]), *As campanhas ultramarinas de Gomes da Costa: Com um apêndice sobre Mousinho*, 2.ª ed., Lisboa: e. a. [1.ª ed. em *Cadernos Coloniais*, 1940].
- Castro, José de, e Garcia, José Luís (1995), *A Batalha e a questão colonial*, *Ler História*, n.º 27-28, Lisboa, pp. 125-146.
- Cértima, António de (1925 [1924]), *Epopeia maldita: O drama da guerra de África*, 3.º milhar, Lisboa: e. a.
- Correia, António Augusto Mendes (1940), *Da pre-história à história portuguesa*, Separata dos Anais da Faculdade de Ciências do Porto, Porto: Imprensa Portuguesa.
- Costa, Manuel Gomes da (1899), *Gaza: 1897-1898*, Lisboa: M. Gomes.
- (1920), *A batalha do Lys*, Porto: Tip. Renascença Portuguesa.
- (1925 [1922]), *A guerra nas colónias: 1914-1918*, 2.ª ed. aum., Lisboa: Portugal-Brasil.
- (1939) *A revolta de Goa e a campanha de 1895-1896*, s/l [Lisboa]: s/n [Soc. Ind. de Tipografia].
- Cunha, Amadeu (1935-1936), *Mousinho: Grande capitão de África*, 5 vol., Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Deleuze, Gilles, e Parnet, Claire (1996 [1977]), *Dialogues*, 2.ª ed. aum., Paris, Flammarion.
- Enes, António (1945 [1898]), *A guerra de África em 1895 (Memórias)*, 2.ª ed., Lisboa: Edições Gama.
- França, José Augusto (2010), *O Ano X: Lisboa 1936: Estudo de factos socioculturais*, Lisboa: Presença.
- Gabel, Joseph (1962), *La fausse conscience: Essai sur la réification*, Paris: Minuit.
- Galvão, Henrique (1934 [1931]), *História do nosso tempo: Acção e obra de João de Almeida*, 2.ª ed., Lisboa, s/n (Ottosgráfica).
- (1935), *Dembos*, 3 vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Gemeaux, Christine de, dir. (2010), *Empires et colonies: l'Allemagne, du Saint-Empire au deuil postcolonial*, Clermont-Ferrand: Presses universitaires Blaise-Pascal.
- Jesus, Quirino de (1926), *Portugal e as colónias: As ambições estranhas*, *Seara Nova: O problema colonial: Número especial*, n.º 68-69, Lisboa, 09/01/1926, pp. 154-161.
- (1932), *Nacionalismo português*, Porto: Empresa Industrial Gráfica.
- (1987), *Cartas e relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*, Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.
- Kristeva, Julia (1983 [1980]), *Pouvoirs de l'horreur: Essai sur l'abjection*, Paris: Seuil.
- Leal, Cunha (1924), *Calígula em Angola*, Lisboa: e. a.
- Léonard, Yves (1996), *Salazarisme et fascisme*, Paris: Chandeigne.

- (2000), I: A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930). In: Bethencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti, dir., *Do Brasil para África (1808-1930): IV vol.: História da expansão portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, pp. 521-535.
- (2000a), II: A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930). In: Bethencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti, dir., *Do Brasil para África (1808-1930): IV vol.: História da expansão portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, pp. 536-553.
- Lima, Veva de [pseud. de Genoveva de Lima Mayer Ulrich] (1928), *D'aquém & d'além-mar: Crônicas de viagem (1923-1924)*, Lisboa: e. a.
- Maia, Carlos Roma Machado de Faria e (1936 [c. 1918]), *Nostalgia africana: Verídicas narrativas*, (nova ed. aum. de *Scenas africanas: 1897 a 1917*), Lisboa: e. a.
- Manya, Judith (2004), *Le Parti Communiste Portugais et la question coloniale: 1921-1974*, Thèse de doctorat, Bordeaux: Université Montesquieu.
- Martins, Ferreira (1938), *Mousinho*, Lisboa, Cosmos.
- Matos, Norton de (1923), *A missão colonizadora de Portugal em África*, Lisboa: Papelaria Fernandes.
- (1926), *A Província de Angola*, Porto: Maranus, 1926.
- (1934), *A acção civilizadora do exército português no Ultramar: Conferência, s/l* (Porto): Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa.
- (1944/1945), *Memórias e trabalhos da minha vida*, 4 vol., Lisboa: Editora Marítimo-Colonial.
- (s/d [1951]), *Angola: Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola que se publica ao reeditar-se o seu relatório de governo*, Lisboa: Gama.
- (1953), *A nação una: Organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*, (pref. de Egas Moniz), Lisboa: Paulino Ferreira Filhos.
- (1953a), *África nossa: O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*, Porto: Marânus.
- Medina, João (1993), Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo. In: Medina, João, dir., *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias: vol. XII: O Estado Novo: I: O ditador e a ditadura*, Amadora: Ediclube, pp. 11-142.
- Mota Júnior, Joaquim (1940), *O feitiço do império*, Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Muralha, Pedro (s/d [1925]), *Terras de Africa : S. Tomé e Angola*, s/l [Lisboa]: s/n [Publicita].
- Nandy, Ashis (1988 [1983]), *The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self under Colonialism*, Delhi/Oxford, Oxford University Press.
- Neves, João-Manuel (2015), *Frantz Fanon and the Struggle for the Independence of Angola: The Meeting in Rome in 1959*, *Interventions: International Journal of Postcolonial Studies*, vol. 17, issue 3, Routledge, pp. 417-433.
- (2017), As ilhas de São Tomé e Príncipe na narrativa de viagem de Julião Quintinha. In: Mata, Inocência, e Silva, Agnaldo Rodrigues da, coord., *Trajetórias Culturais e Literárias das Ilhas do Equador – Estudos sobre São Tomé e Príncipe*, São Paulo, Pontes Editores.
- Neves, José (2006), A Biblioteca Cosmos. In: Curto, Diogo Ramada, dir., *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pp. 823-878.
- (2011 [2010]), *Comunismo e nacionalismo em Portugal: Política, cultura e história no século XX*, 2.ª ed., Lisboa: Tinta-da-China.
- Noronha, Eduardo de (1934/1906), *Mousinho de Albuquerque: O militar, o colonial, o administrador: Narrativa histórica e militar – ilustrada*, (Prefácios: Aires de Ornelas, Paiva Couceiro; 2.ª ed. de *O Herói de Chaimite*, revista, correcta e modificada), Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Ó, Jorge Ramos do (1999), *Os anos de Ferro: O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”: 1933-1949 : Ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa: Estampa.

- Olusoga, David, e Erichsen, Casper W. (2011 [2010]), *The Kaiser's Holocaust: Germany's Forgotten Genocide*, London: Faber and Faber.
- Ornelas, Aires de (1930), Prefácio. In Costa, Manuel Gomes da, *Memórias*, Lisboa: A. M. Teixeira & C^{ia}.
- Palumbo, Patrizia (ed.), (2003), *A Place in the Sun: Africa in Italian Colonial Culture from Post-unification to the Present*, Berkeley/London: University of California Press.
- Payne, Stanley (1987), A taxonomia comparativa do autoritarismo. In: Pinto, António Costa (org.), *O estado novo: das origens ao fim da autarquia: 1926-1959*, 2 vol., Lisboa, Fragmentos, I vol., pp. 23-30.
- (1995), *A History of Fascism: 1914-1945*, Oxon/New York: Routledge.
- Pélissier, René (1984), *Naissance du Mozambique: Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1918)*, 2 tomos, Orgeval, Éd. Pélissier.
- (2004), *Les campagnes coloniales du Portugal: 1844-1941*, Paris: Pygmalion.
- Pinto, António Costa (1992), *O salazarismo e o fascismo europeu: Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa: Estampa.
- (2015), *Os camisas azuis e Salazar: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*, Lisboa: Edições 70.
- Quintinha, Julião (1929), *Oiro africano: Crónicas e impressões de uma viagem jornalística na África Oriental Portuguesa*, Lisboa: Edições Portugal Ultramar.
- Rodrigues, Abel Martins (2006), *As origens do salazarismo: O nacionalismo português segundo Quirino de Jesus*, Braga: Universidade do Minho.
- Rollo, Maria Fernanda (coord.), (2013-2014), *Dicionário de história da I República e do republicanismo*, 3 vol., Lisboa: Assembleia da República.
- Rosas, Fernando (2001), *O salazarismo e o homem novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*, *Análise Social*, vol. XXXV (157), pp. 1031-1054.
- Rosas, Fernando, autor do vol., e Martins, Fernando, e Amaral, Luciano do, e Rollo, Maria Fernanda, colaboradores, (1994), *O Estado Novo (1926-1974): 7.º vol.: História de Portugal*, (dir.: José Mattoso), Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, Fernando, e Garrido, Álvaro (coord.), (2012), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra: Almedina.
- Selvagem, Carlos (1925 [1919]), [pseud. de Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos], *Tropa d'África*, 4.ª ed., Lisboa/Paris: Aillaud e Bertrand.
- Silva, Armando B. Malheiro da, e Garcia, José Luís Lima (1995), *Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar*, *Revista de História das Ideias*, vol. 17, pp. 349-404.
- Telo, António José (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Cosmos.
- Theweleit, Klaus (1987 [1978]), *Male fantasies*, 1.º vol., Minneapolis: Univ. of Minnesota Press.
- (1989 [1978]), *Male fantasies*, 2.º vol., Oxford: Polity Press.
- Torres, Adelino (1987), As empresas e a economia angolana de Norton de Matos a Vicente Ferreira (o protocapitalismo dos anos 20). In: Pinto, António Costa, org., *O estado novo: das origens ao fim da autarquia: 1926-1959*, 2 vol., Lisboa: Fragmentos, II vol., pp. 101-106.
- (1991), *O império português: entre o real e o imaginário*, Lisboa: Escher.
- Toscano, Francisco, e Quintinha, Julião (1935 [1930]), *A derrocada do Império Vátua e Mousinho d'Albuquerque*, 2 vol., 3.ª ed. rev. et aum., Lisboa: Casa Editora Nunes de Carvalho.
- Vargaftig, Nadia (2016), *Des empires en carton: Les expositions coloniales au Portugal et en Italie (1918-1940)*, Madrid: Casa de Velázquez.
- Wheeler, Douglas L. (1980), *Joaquim Mousinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo*, *Análise Social*, Lisboa, vol. XVI (61-62), pp. 295-318.